

AS FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NA REDE XIQUE XIQUE NOS TERRITÓRIOS AÇU-MOSSORÓ E SERTÃO DO APODI (RN).¹

Melina Bandeira Antas de Azevedo

Mestranda em Ambiente, Tecnologia e Sociedade na Universidade Federal Rural do Semiárido - UFRSA
melinabaa@hotmail.com

Emanoel Márcio Nunes

Doutor em Desenvolvimento Rural, Prof. do Programa de Pós-graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade na Universidade Federal Rural do Semiárido - UFRSA
emanoelnunes@uern.br

RESUMO

O século XXI trouxe desafios aos agricultores familiares do semiárido, devido esses ainda estarem em contexto de fortalecimento, logo não recebe todos os incentivos necessários para se alocar de forma independente e segura. Portanto com o propósito de conciliar o crescimento econômico e as necessidades do meio ambiente para se recompor, são necessárias estratégias que possam unir os dois interesses e possibilitar um convívio harmônico entre meio ambiente e sociedade, onde a agricultura familiar aparece para suprir essas necessidades. Logo esse estudo tem por objetivo analisar a participação de organizações coletivas das feiras de agricultura familiar articuladas pela rede XiqueXique nos territórios da cidadania Açu-Mossoró e Sertão do Apodi. Como objetivos específicos, demonstrar o desempenho das feiras articuladas pela rede XiqueXique existentes nos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi; e identificar as dificuldades encontradas no processo de comercialização. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa documental, com auxílio de pesquisa bibliográfica para coleta de dados secundários. Apresenta como resultado, a influência positiva da Rede XiqueXique na região Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, abrindo novos espaços para comercialização, incentivando a produção agroecológica e moldando os costumes dos consumidores, apresentando uma produção mais saudável ao mercado, contribuindo para melhoria da saúde humana. Contudo ainda garante uma renda extra para os produtores familiares, garantindo uma melhora na qualidade de vida desses trabalhadores. Portanto a economia solidária, a agroecologia e a agricultura familiar, resultam em uma contribuição para a sustentabilidade socioambiental local, executada pela rede XiqueXique.

PALAVRAS-CHAVES: economia solidária, agroecologia, territórios da cidadania, sustentabilidade.

ABSTRACT

The twenty first century has brought challenges to farmers in the semiarid region, because these are still in the context of strengthening, not just receive all necessary to allocate independently and secure incentives. So in order to reconcile economic growth and the needs of the environment to compose himself, strategies are needed that can unite the two interests and enable harmonious coexistence between environment and society, where family farms appear to address these needs. Soon this study aims to examine the participation of collective organizations of fairs family farming articulated by the network XiqueXique the territories citizenship Açu-Mossoró and Hinterland Apodi. Specific aims were to demonstrate the performance of the network XiqueXique fairs articulated existing in the territories Açu-Mossoró and Hinterland Apodi and to identify the difficulties encountered in the marketing process. Methodological point of view, it is a documentary research with the aid of literature for secondary data collection. Features as a result, the positive influence of network XiqueXique the region Açu-Mossoró and Hinterland Apodi, opening new spaces for marketing, promoting agroecological production and shaping the habits of consumers having a

¹Este trabalho é resultado de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa *Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo* da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN) (<http://facem.uern.br>), financiado pelo edital: MCT/CNPq 014/2011 – Universal.

healthier production to the market , contributing to improved human health. Yet still ensures extra income for family farmers, ensuring a better quality of life for these workers. So the solidarity economy, agro-ecology and family farming, resulting in a contribution to the local socio-environmental sustainability, performed by the network XiqueXique

KEYWORDS: solidarity economics, agroecology, territories citizenship, sustainability.

1 Introdução

O século XXI trouxe novos desafios para os produtores familiares do Brasil, conseqüentemente para os agricultores familiares do semiárido nordestino, que em seu histórico sempre tiveram dificuldades com relação ao clima da região. A Revolução Industrial por sua vez foi um dos momentos precursores no surgimento desses desafios, dando ênfase ao capital e colocando o meio ambiente em segundo plano e diante dessa conjuntura, na dificuldade em conciliar os interesses econômicos com os do meio ambiente instalou-se no mundo um cenário de crise. (BAPTISTA, 2010).

Devido o país está em processo de desenvolvimento, o crescimento econômico ainda está em evidencia, o que afeta diretamente na sua relação com o meio ambiente, pois a necessidade de matéria prima se coloca como de extrema importância para uma maior produção e conseqüente desenvolvimento. A globalização dos mercados e o avanço tecnológico obtidos no setor agrícola alcançaram a agricultura familiar nordestina, os impulsionando a se adaptarem ao novo cenário ditado pelo capitalismo de massa, a fim de agregar valor a seu produto. Os consumidores mediante o desenvolvimento regional ficam cada vez mais exigentes, logo os agricultores familiares se deparam com limitações para se inserir no mercado, sem ter destino certo para sua comercialização, destino esse, que possa se caracterizar como uma forma justa de vender seus produtos, a fim de evitar a figura do atravessador.

Com o propósito de conciliar o crescimento econômico e as necessidades do meio ambiente para se recompor são necessárias estratégias que possam unir os dois interesses e possibilitar um convívio harmônico entre meio ambiente e sociedade, no qual consiga suprir as necessidades humanas atuais sem comprometer a perpetuação da espécie a longo prazo. Portanto a temática se fortalece com conceitos que propõe esse equilíbrio, levantando os três sustentáculos da sustentabilidade, que são o eixo social, o eixo ambiental e o eixo econômico, sem permitir que algum eixo se desprenda dos demais (PERONDI, 2004).

A relevância de se estudar a temática sobre as feiras está relacionada com o fomento de práticas que mostram que é possível produzir de forma sustentável, com um retorno econômico viável, uma vez que na economia solidária, segundo Singer (2000), os participantes da atividade econômica cooperam entre si e praticam a solidariedade em vez de competir. Ou seja, é uma forma de incentivar a prática da agricultura familiar, que abrange vertentes sustentáveis e estimula a criação de alternativas de trabalho para moradores de áreas rurais e a agregação de valor a renda dos agricultores familiares, possibilitando o fortalecimento da economia local e uma melhor qualidade de vida a essas famílias que dependem dessa prática para sustento.

Para integrar esses produtos ao mercado, é utilizado a comercialização em feiras de agricultura familiar, que se constituem em estratégias bem representativas em termos de comercialização direta e justa para os agricultores familiares e se configura em um exemplo de economia solidária, contribuindo para valorização da produção, tendo um papel importante e fundamental para essas pessoas que vivem da agricultura e insere sua família nessa prática, pois introduzem no mercado esses produtos gerando renda para a família.

Esse estudo tem como objetivo geral, analisar a participação de organizações coletivas nas feiras de agricultura familiar articuladas pela rede Xique Xique nos territórios da cidadania Açú-Mossoró e Sertão do Apodi e tendo como objetivos específicos, demonstrar o desempenho de todas as feiras de agricultura familiar existentes nos territórios Açú-Mossoró e Sertão do Apodi além de identificar as dificuldades encontradas no processo de comercialização.

2 Referencial teórico

2.1 Agricultura familiar

Na pré-história o ser humano vivia da caça e coleta para se manter, faziam uso dessas práticas em busca de seu alimento, logo utilizavam o meio ambiente como forma de subsistência. Após esse momento instalou-se a dita revolução agrícola, onde o ser humano passa então a cultivar seu próprio alimento, adotando técnicas de agricultura e passando a domesticar animais para assim poder consumi-los posteriormente. (BAPTISTA, 2010)

A partir desse período a agricultura passou a ser uma atividade muito utilizada para manutenção da espécie humana, facilitando assim o método de busca de alimentos. Com essas descobertas o ser humano consegue fixar moradia, já que o fator condicionante para os nômades era a busca por alimentos, então logo que o ser humano passa a ter domínio das técnicas de criação e cultivo de alimentos, a necessidade de sair em busca pelos mesmos diminui, conseguindo então fixar-se em um mesmo local.

No decorrer dos anos a população se deparou com a realidade onde a população crescia em um nível maior do qual o abastecimento de alimentos. Baptista (2010) fala que durante a Revolução Industrial a população cresceu bastante, e a mecanização contribuiu para uma agricultura mais eficiente, produzindo em larga escala com o intuito de atender a necessidade dessa população no momento crescida. Esse período alterou completamente o modo de subsistência que tinha adotado na pré-história, logo intensificando a exploração dos recursos naturais, já que a matéria prima para produção é proveniente do meio ambiente, e é desse meio que se retira o alimento necessário para consumo.

Foi entre o final da segunda guerra mundial e os primeiros anos da década de 1970, que a economia mundial apresentou grande expansão, devido à ocorrência de grandes investimentos em atividades produtivas, tanto em países desenvolvidos, quanto nos países subdesenvolvidos. Nesse intervalo foi difundido o pacote tecnológico da “Revolução Verde”, expandindo a produção e a produtividade, fazendo com que a economia pudesse ser “alimentada”. Porém os efeitos ambientais e sociais também foram negativamente ampliados. (HESPANHOL, 2008, p.371)

Portanto nessa corrida em prol do crescimento e desenvolvimento, o ser humano não respeita os limites da natureza, e Nunes (2007) faz referência a esse comportamento, no qual o homem ao intensificar a agricultura trouxe resultados prejudiciais ao meio ambiente. Perondi (2004) justifica a afirmação de que se podem vislumbrar efeitos ambientais negativos a partir do uso indeterminado dos recursos naturais, pois “a exploração abusiva dos recursos em decorrência da necessidade de produtividade combinada com superpopulação leva ao seu esgotamento sem que possamos reconstituí-los”.

Além de malefícios ao meio ambiente, essa intensificação da agricultura traz prejuízos na questão social também. Pois além de sofrer com problemas de saúde com a ingestão e com o contato de agrotóxico, o agricultor também sofre com o desemprego, proveniente do aumento do maquinário, além dos insumos e de novas práticas produtivas, que foram pensadas a partir da revolução industrial.

Baptista (2010) fala que a competição do ser humano com a máquina no campo, aumentou a disputa por emprego, pois a demanda de mão de obra humana havia diminuído e conseqüentemente a concorrência aumentava. Devido a muitos desses trabalhadores não ter um histórico de qualificação e ensino, não conseguiram se inserir em outros tipos de trabalho. Então passam a se submeter a jornadas de trabalho cada vez maiores, em condições consideradas algumas vezes inapropriadas.

Logo surge um novo tipo de agricultura, que procura suprir algumas necessidades rurais sociais e atende com uma proposta de produzir de forma menos impactante ao meio ambiente. A agricultura familiar é um segmento de grande importância econômica e social, é responsável pela produção de diversos itens básicos da alimentação, como feijão, leite, ovos, carne, frutas, legumes e verduras.

Para Moreira e Carmo (2004), a agricultura convencional se mantém até hoje pela sua eficiência na produção em larga escala. Porém esse tipo de agricultura pode ser considerada insustentável, se levada em consideração sua relação e seus efeitos no meio ambiente, pois esse tipo de agricultura consegue deteriorar o ambiente, impedindo que o mesmo mantenha suas características biológicas. Iyama e Silva (2004) mostra que essa atividade pode gerar muitos danos ao meio ambiente em várias vertentes como no meio físico, químico e biológico.

A mecanização e a utilização de adubos minerais aumentaram a produção agrícola em curto prazo, mas geraram no solo desequilíbrios físicos (compactação / desestruturação física), químicos (excesso ou falta de macro e micronutrientes) e biológicos (desestruturação do ecossistema), acarretando com isso, diversos problemas de ordem ambiental, como o surgimento de doenças e pragas que tem comprometido severamente a agricultura, tornando necessário o uso de produtos para defender a produção agrícola (IYAMA e SILVA, 2004, p.3).

Nunes (2007) fala que a agricultura que abrange a vertente mais ecológica, tem sido colocada como alternativa aos problemas da exploração abusiva na atualidade. “No entanto, há alguns limites à ampliação desse tipo de agricultura e, em consequência, à democratização do consumo: uma maior penosidade do trabalho e uma baixa produtividade do trabalho na maior parte dos produtos agrícolas, não em todos” (NUNES, 2007, p.2).

De acordo com Ploeg (2003) *apud* França *et al.* (2010), a agricultura familiar está localizada em um ambiente hostil, sendo posto características de competitividade, seleção e conseqüentemente exclusão do sistema capitalista. Porém a cooperação se faz importante no momento de superar as dificuldades, e para que de forma autônoma possa conduzir a ação coletiva dos agricultores familiares na construção de identidades locais, fortalecendo assim a cultura além de preservar a diversidade regional.

A lei de nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, estabelecendo os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Estabelece que para ser considerado agricultor familiar a sua área não pode ultrapassar quatro módulos fiscais e utilizar predominantemente a mão de obra familiar. É necessário também que tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento. (BRASIL, 2006).

O país vem desenvolvendo políticas para absorver a produção dos agricultores familiares e assim fortalecer esse tipo de produção. Algumas políticas que representam esse auxílio à produção familiar são o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Abastecimento Escolar).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o PRONAF tem o papel de financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Esse programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País (MDA, 2013).

O PAA é uma ação do Governo Federal para auxiliar no enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, fortalecendo consequentemente a agricultura familiar, sendo criado no ano de 2003. Funciona na comercialização, favorecendo a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. (MDA, 2013)

O PNAE surge de acordo com MDA (2013), através da lei 11.947/2009, onde a Agricultura Familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino. Esse tipo de ação federal garante mais qualidade na alimentação dos alunos, garante a manutenção e apropriação de hábitos alimentares saudáveis e maior desenvolvimento local de forma sustentável.

A agricultura familiar por sua vez traz conceitos diversos que possibilita enxergar a produção agrícola de uma forma diferente das técnicas adotadas pela agricultura convencional. Junto à prática da agricultura familiar podem-se identificar técnicas que são capazes de absorver em partes o conceito de desenvolvimento sustentável e consequentemente um desenvolvimento justo entre o meio ambiente e a sociedade.

O termo Desenvolvimento Sustentável, foi e vem sendo amplamente debatido em conferências, eventos sobre meio ambiente, entre outros. Esse termo surgiu segundo Barbosa (2008) diante da conhecida Comissão de Brundtland, onde foi desenvolvido um relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, portanto:

Tal relatório contém informações colhidas pela comissão ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando-se as questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano. Neste relatório está exposta uma das definições mais difundidas do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. (BARBOSA, 2008, p.2)

Logo a agricultura familiar traz embutida em seu processo características para um desenvolvimento sustentável. Mas, a comercialização de produtos da agricultura familiar, para muitos dos agricultores familiares, se classifica como um dos maiores empecilhos à melhoria da renda, pois são inúmeras as limitações para se comercializar em pequena escala produtos corriqueiros de suas propriedades, sem atravessadores, como hortifrutigranjeiros, queijos, grãos, farinhas e doces, além de artesanatos confeccionados com matéria-prima local.

Nesse contexto, as feiras livres municipais apresentam-se como uma excelente alternativa para os agricultores familiares venderem seus produtos diretamente ao consumidor final, com ganhos significativos para todos, estimulando assim a oferta regular de alimentos e produtos saudáveis a baixo custo e dinamização da economia local pela geração de empregos e maior circulação de mercadorias. Promovendo o trabalho familiar e a organização de associações e cooperativas de agricultores familiares e também instrumentos de

fortalecimento das relações de gênero, com enfoque na maior participação das mulheres nos processos produtivos e de comercialização.

Para França *et. al* (2010), a organização de um grupo resulta em melhores relações com o consumidor, principalmente se tratando de uma produção e comercialização solidária.

Uma Rede torna-se mais estruturada diante do modo de produção solidário quando organizada a partir de formas cooperativista, associativa, etc., sendo esta o sinônimo de interação, cooperação e união entre produtores e consumidores, afirmando assim sua importância para o processo de produção e de distribuição da riqueza. (FRANÇA *et. al*, 2010, p. 8)

É de fundamental importância também, que conectada ao capital social possa estar o apoio do poder público em todos os âmbitos, sejam eles municipal, estadual e federal, pois são diversas as ações necessárias para a implantação e o fomento dessas feiras, como a elaboração de diagnósticos sobre as características e potencialidades do mercado consumidor local, a assistência técnica e financeira nas fases de produção, de beneficiamento, de transporte e de comercialização e o cadastramento dos produtores, entre outras.

A comercialização dos agricultores familiares se dá através de um circuito curto, segundo Darolt (2013), que evita atravessadores e fortalece a relação direta entre agricultor e consumidor. E mostrando todo esse processo desencadeado na agricultura familiar, pensa-se em cadeias de produção ou Filières, nome proveniente da França, já que essa é uma das ferramentas privilegiadas da escola francesa de economia industrial (BATALHA, 1997).

Mesmo diante todos os estudos realizados em relação a cadeias de produção, conceituar essa ferramenta ainda é um processo complexo, dando uma breve noção apenas dessa dinâmica. Um dos conceitos defendidos sobre cadeias de produção seria “uma sucessão de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por encadeamento técnico” (MORVAN apud BATALHA, 1997, p. 26). Portanto Batalha (1997) verifica que na cadeia de produção há três macrosssegmentos desde a jusante a montante da cadeia, que seria a produção de matérias primas, a industrialização e a comercialização.

2.2 Economia solidária

Segundo Singer (2000) “a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”, ou seja, essa citação traz a constatação, que esse processo ainda vem sendo discutido e implantado aos poucos. Para esse mesmo autor essa prática surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, sendo discutido periodicamente pelos que se encontram ou temem ficar marginalizados do mercado de trabalho.

O comércio solidário, chamado também de comércio justo, de acordo com Gumiero (2009) surgiu na Europa no século XX como uma possível tentativa de inserir o pequeno produtor no mercado, trazendo como principais propostas o desenvolvimento social, a preservação ambiental, a criação de relações iguais entre produtores, comerciantes e consumidores, aproximação entre o produtor e o consumidor, a garantia dos direitos de trabalhadores e garantia do preço justo pago ao produtor. Singer (2000) fala que no Brasil essa prática ressurgiu de forma esparsa na década de 1980 e a partir da segunda metade dos anos 90 ganhou impulso, resultante de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa.

[...] é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que muda o relacionamento entre os cooperados e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e igualitários[...] (SINGER, 2000, p.28).

Com essa prática, além dos trabalhadores rurais os trabalhadores urbanos também são beneficiados, pois com isso ocorre a eliminação ou redução no número de atravessadores. Segundo a Cartilha de Economia Popular e Solidária do Rio Grande do Norte – CEPSRN (2007) a constituição e funcionamento dos Fóruns Estaduais e do Fórum Nacional de Economia Solidária, de redes de produção e de comercialização, da rede de gestores públicos, são exemplos da importância dessa temática na agenda dos movimentos sociais e governos, mostrando que a Economia Solidária cresceu em visibilidade e articulação política.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) a economia solidária tem raízes históricas de valorização do trabalho e não do capital, com a contribuição para o desenvolvimento da capacidade humana, integrando a gestão coletiva e a partilha do resultado do trabalho no processo produtivo. As pessoas são consideradas como sujeito e finalidade desse tipo de dinâmica. O FBES é um instrumento do movimento da Economia Solidária e encontra-se em número de 165 no Brasil, servindo como espaço de articulação e diálogo entre os vários atores envolvidos na economia solidária. (FBES, sd)

Para CEPSRN (2007), os princípios que norteiam a Economia Popular e Solidária destacam-se,

a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade; o trabalho, o saber e a criatividade humanos são os valores centrais; relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica; unidade entre produção e reprodução; qualidade de vida e de consumo (CEPSRN, 2007).

O Brasil tem leis de Economia Solidária em tramitação ou já aprovadas em dezenas de municípios e Estados em todas as regiões. Existem leis que criam Conselhos Municipais ou Estaduais de Economia Solidária, outras que criam fundos de apoio e financiamento aos empreendimentos, entre outros. Porém no âmbito federal não existem leis que reconheçam a Economia Solidária, só há legislação voltada para o trabalho assalariado e autônomo, ou seja, reconhece assegura somente os direitos da economia privada e a estatal.

Nos últimos anos vem alcançando algumas vitórias é o caso do Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário, que define, reconhece e cria mecanismos de gestão e promoção do comércio justo e solidário no país, através do decreto de número 7.358 de 17 de novembro de 2010.

Outra vitória alcançada foi o decreto (7.357 de 17 de Novembro de 2010) que é relativo à criação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Além disso, há um projeto de lei para a Política Nacional de Economia Solidária, que estabelece definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Nacional de Economia Solidária (FBES, sd).

No Rio Grande do Norte a discussão teve expressão com a criação do Fórum Potiguar de Economia Solidária (FPES), em 17 de junho de 2003, que acompanhou os acontecimentos que ocorriam a nível nacional. O FPES vem incentivando ações que buscam o diálogo e o compromisso com o movimento de Economia Solidária no Estado, desenvolvendo feiras estaduais, palestras, Encontros Estaduais e Nacionais, seminários, entre outros. (CEPSRN, 2007)

Através da lei de Nº 8.798, de 22 de fevereiro de 2006, que institui a Política Estadual de fomento à Economia Popular Solidária no Estado do Rio Grande do Norte, o estado passa a “promover a economia popular solidária e o desenvolvimento de grupos organizados auto gerenciários de atividades econômicas, visando sua integração no mercado e a auto sustentabilidade de suas atividades”. O artigo 13º, da Lei de Economia Popular Solidária, estabelece a criação do Conselho Estadual da Economia Popular Solidária - CEEPS, que fazem parte doze membros, representantes do poder público estadual e das entidades civis, vinculado à Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social, no qual tomaram posse no dia 1º de agosto de 2007 (CEPSRN, 2007).

Logo se percebe que essas mudanças correspondem a um processo de construção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo. E de forma indutiva, o País influencia os estados e municípios a trabalhar a temática, auxiliando e contribuindo para disseminar ainda mais essas práticas, através da pressão popular e da necessidade atual de mudanças de hábitos para se atingir um equilíbrio e desenvolvimento justo.

3 Procedimentos metodológicos

3.1 Delimitação da área

A forma de organização territorial adotada possui a denominação de dimensão territorial: Região Açu-Mossoró, Sertão do Apodi e Mato Grande. O foco de estudo serão dois territórios da cidadania (figura 01), no caso o território Açu-Mossoró, que engloba os municípios de Mossoró, Baraúna, Tibau, Grossos e Serra do Mel e o território Sertão do Apodi, onde estão inseridos os municípios de Apodi, Governador Dix-Sept Rosado, Janduí e Messias Targino. Portanto foram analisadas 8 feiras de agricultura familiar, de 9 núcleos da rede Xique Xique, pois os municípios de Tibau e Grossos comercializam em conjunto, logo esses dados estarão associados.

3.2 Coleta de dados e informações

Estudou-se as feiras de agricultura familiar articuladas pela Rede XiqueXique em dois territórios da cidadania, Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, no período de 12 meses, que começou em julho de 2011 e terminou em junho de 2012. A pesquisa elaborada pelo grupo de pesquisa *Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo (DRAP)*². Em seguida realizou-se pesquisa bibliográfica, incluindo consultas a monografias sobre a temática, pesquisas junto à rede virtual e acesso a acervo particular. Outro procedimento foi à consulta a documentos, no caso, os classificados como de Fontes Primárias, que são para Marconi e Lakatos (2006) constituídos de dados históricos, bibliográficos e estatísticos; busca ao banco de dados do grupo de pesquisa DRAP, que foram extraídos do relatório final do projeto “A Construção de

²Dados provenientes do projeto: “A Construção de Mercados para a Agricultura Familiar: processos e práticas da produção agroecológica e de comercialização solidária da Rede Xique-Xique”, financiado pelo Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater nº 033/2009. Fruto do projeto Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo. UERN – FACEM.

Mercados para a Agricultura Familiar: processos e práticas de produção agroecológica e comercialização solidária da Rede Xique Xique”, Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater N° 033/2009. Foram visitadas 57 comunidades e entrevistados 259 unidades familiares (**figura 2**).

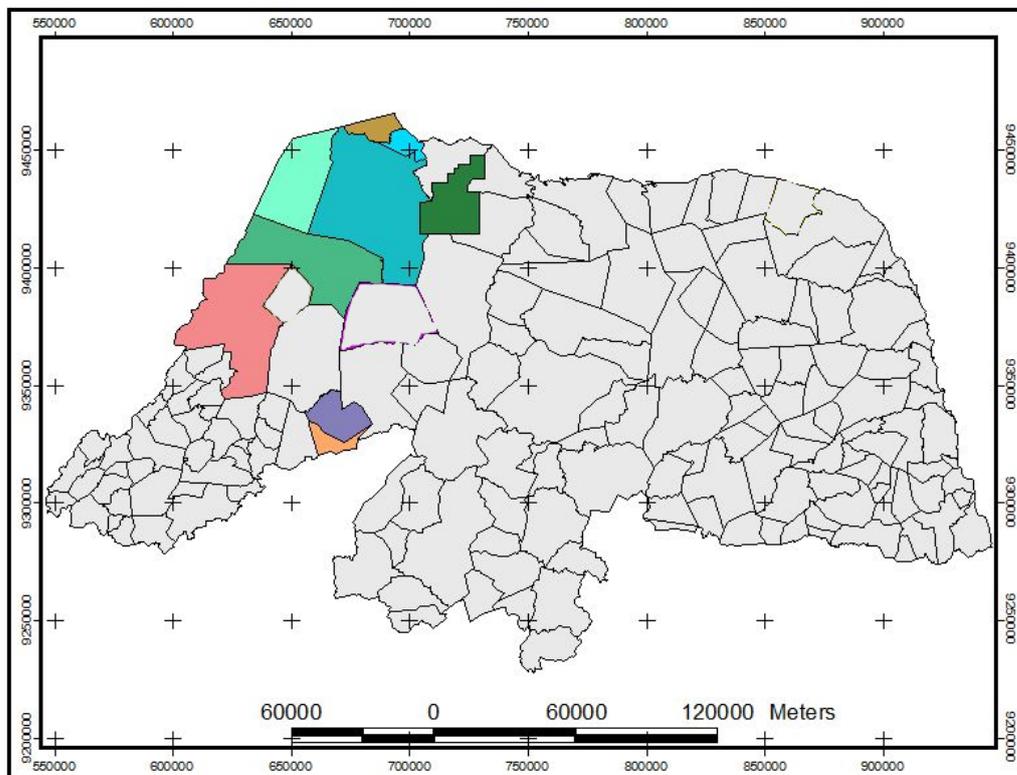


FIGURA 1: Localização dos municípios estudados.

Fonte: IBGE, adaptado pela autora.



FIGURA 2: Distribuição das comunidades e entrevistados por núcleo da Rede XiqueXique nos territórios Açú-Mossoró e Sertão do Apodi.

Fonte: Banco de dados do DRAP, adaptado pela autora.

As entrevistas foram realizadas a todas as unidades familiares presentes nos municípios, e o grande número de entrevistados no município de Apodi é reflexo da maior atuação da rede no local e a concentração de capital social no mesmo.

4 Resultados e discussão

A Rede Xique Xique começou a se formar e se organizar em 1999 com a iniciativa do “Grupo Mulheres Decididas a Vencer” que passou a produzir hortaliças orgânicas no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Mulunguzinho, na zona rural de Mossoró. Esse grupo levava para a zona urbana cestas de seus produtos e comercializavam junto a Associação Parceiros da Terra (APT). Essa associação era informal e pagavam uma mensalidade para consumo das cestas de hortaliças, portanto essa comercialização acontecia nas garagens de parceiros, no caso principalmente o Centro Feminista 8 de março e outras cooperativas. Com essa prática sendo realizada constantemente, passaram a ter boa aceitação de seus produtos na localidade e começaram a ser pressionados a comercializar mais tipos de produtos, diversificando assim sua produção, trabalhando com as mesmas práticas e técnicas das hortaliças (AZEVEDO, 2012).

Guedes e Martins (2011) mostram que no município a relação entre a agroecologia e economia solidária está diretamente ligada com o gênero feminino, na qual surgiram iniciativas oriundas do agrupamento de algumas mulheres, buscando se inserir no mercado de forma menos degradadora.

Segundo relatos das agricultoras, reconhecem que a agricultura convencional é responsável por propiciar males tanto para a saúde humana como para o ambiente. Apontam que a agricultura movida por insumos artificiais mata quem produz e quem consome. A contaminação acontece desde o momento do manejo, da pulverização, atingindo o ambiente através da água e do solo. Destacam que a agricultura convencional é responsável por causar sérias doenças, além de tornar o ambiente impróprio para as próximas gerações. Para elas, esse tipo de agricultura não é indicado para ninguém, pois contém uma grande quantidade de inseticida. (GUEDES e MARTINS, 2011)

Com a dinâmica de levar suas cestas de hortaliças para a cidade, e passar a comercializar e fixar o seu público consumidor, a demanda aumentou consideravelmente, logo a oferta para acompanhar essa necessidade, precisava de um local fixo e com melhores estruturas para suprir a demanda, portanto cada vez se fazia mais presente a idéia de um local específico para esse agrupamento. Portanto em 2003 foi criado o espaço de comercialização e em 2004, foi fundada a Associação de Comercialização de Solidária XiqueXique (NUNES et. al., 2012).

Mediante essa organização a rede começou a se estruturar e a agregar parceiros. Essa organização é composta por formas diversificadas de agrupamento, no qual os agricultores se articulavam em 04 tipos distintos de organização, que são unidades familiares, grupos, associações e cooperativas. Essas formas são as que estruturam e operacionalizam a rede, elas estão inter-relacionadas, contribuindo com melhores resultados proveniente da união das pessoas envolvidas. Hoje a rede conta com núcleos em 10 municípios, que são Mossoró (sede), Apodi, Governador Dix-Sept Rosado, Serra do Mel, Messias Targino, Umarizal, São Miguel do Gostoso, Baraúna, Grossos e Tibau.

A Rede Xique Xique tem o papel de viabilizar a produção agroecológica e conectar esta ao mercado consumidor, ajudando e orientando os seus sócios. De acordo com Singer (2000), a economia solidária tem uma organização baseada na autogestão, que

possibilita a integração de todos os cooperados, associados, sócios nas definições de objetivo, na tomada de decisões, retirando de cena o chefe, a estrutura hierárquica.

A rede desenvolve estratégias de inserção nos mercados que são: através das feiras livres locais da agricultura familiar, no espaço de comercialização situado em Mossoró, em eventos e feiras regionais e nacionais da agricultura familiar, para mercados institucionais por meio dos programas governamentais (sendo os mais utilizados, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) e por fim a atravessadores que ainda se encontram presente na dinâmica em alguns municípios. Observando por esse viés a agricultura familiar tem um grande potencial de produção agrícola e de agregação de valor, beneficiando produtos como, por exemplo, a prática do artesanato, polpa de frutas, mel, castanha de caju, etc. E a abertura de mercados vem sendo constituído de forma lenta, devido as dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar. (NUNES et. al, 2012)

Fazendo uma análise direta com a percepção de Batalha (1997) quanto a distribuição da cadeia de produção, que segue uma lógica de produção de matéria prima, beneficiamento e comercialização, percebe-se que na agricultura a cadeia da hortifruti pode ser bem eficiente se executada por integrantes da família, que podem participar da produção, em alguns casos no beneficiamento até chegar a comercialização, no caso estudado, organizada em feiras. Esse processo torna o agricultor familiar mais independente e dando menos abertura a inserção de outros atores nessa cadeia, o que contribui para aumentar a sua receita.

As feiras de agricultura familiar por sua vez, vêm desenvolvendo um papel importante para os agricultores familiares, os quais estão inseridos nesses dois territórios em grande concentração. Essas feiras estão impulsionando e fortalecendo a produção, gerando renda para essas famílias e garantindo um mercado fixo para o agricultor familiar vender sua produção. As formas de comercialização em feiras de agricultura familiar têm o poder de agregar valor ao produto, já que impede a inserção de atravessadores para realizar a comercialização.

Essa forma de comercialização baseada em feiras é organizada semanalmente com a estrutura em bancas. Desses núcleos acima citados quem faz a articulação é a Rede Xique Xique através da contribuição das 09 articuladoras da Rede Xique Xique nos respectivos municípios, que auxiliaram na captação dos dados diretamente nas feiras em todo o período do projeto.

As feiras semanais da agricultura familiar da Rede Xique Xique se configura na maior essência da economia solidária. Essas feiras, segundo Darolt (2013), se caracterizam como um novo modelo de consumo alimentar ecologicamente correto, já que para criação desse modelo se faz necessário, segundo o autor, reinventar os mercados locais, relacionar de forma mais direta o consumidor como produtor e, além disso, contribui incentivando o consumo de alimentos que tem embutido em seu processo de produção preocupações ambientais e que prezam a segurança alimentar, com o consumo de produtos limpos – livres de agrotóxico.

A **figura 3** representa a evolução das receitas das feiras dos núcleos em estudo, no período de 12 meses, no qual teve início em julho de 2010 e terminou em junho de 2011.

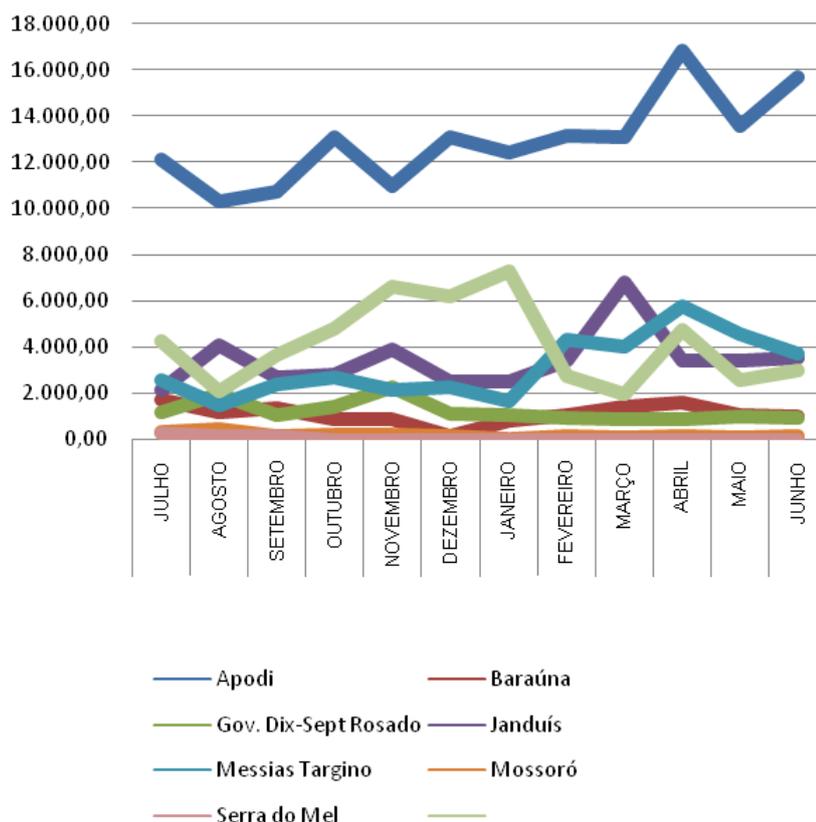


FIGURA 3: Evolução das receitas das feiras em estudo no período de Julho de 2010 a Junho de 2011 (em R\$).

Fonte: Relatório Final do Projeto “A Construção de Mercados para a Agricultura Familiar: processos e práticas de produção agroecológica e comercialização solidária da Rede XiqueXique”, 2012.

Cada núcleo apresenta suas especificidades em detrimento a sua localização, por exemplo o município de Tibau possui produtos diferente de Apodi que não é zona costeira. Portanto os dados demonstrados anteriormente (**figura 3**) mostra um resultado no qual Apodi se destaca isoladamente e durante todo o período, como o município que mais gera lucro. Essa feira é considerada como a mais organizada e com o maior número de pessoas envolvidas, explicando assim uma melhor organização e conseqüentemente uma melhor resposta, atingindo um lucro superior a R\$ 16.000,00 reais no mês de abril de 2011.

O município de Grossos se organiza juntamente com o município de Tibau, podendo assim perceber melhores resultados nos períodos de alta estação, período esse que o município de Tibau recebe um grande contingente de turistas, que buscam a cidade para passar férias, feriados entre outros. Portanto destaca-se o final do ano, no qual abrangem os meses de novembro até janeiro, e no meio do ano representado pelo mês de julho, mês correspondente as férias. Outro mês que chama atenção também é o de abril, no qual acontece o feriado da semana santa e com isso, o município também aumenta seu contingente populacional. Segundo Azevedo (2012), o município de Tibau, que é vizinho a Grossos, é destino turístico de milhares de pessoas, inclusive com segunda residência. Devido a isso, recebe uma grande demanda de veranistas que aquece a economia do município. Logo as mulheres da associação de Grossos, juntaram-se a feira de Tibau com pretensão em aumentar as vendas, porém ainda assim se depararam com a dificuldade de locomoção, o que dificulta a continuidade do agrupamento.

O município de Janduís tem seu pico em março, onde corresponde ao mês de carnaval em 2011, o que corrobora para uma maior quantidade de vendas. O mês de abril também foi válido para o município de Messias Targino no qual atingiu aproximadamente R\$

6.000,00 reais de comercialização. Os municípios de Serra do Mel e Mossoró trouxeram dados inexpressivos, comparados com os outros municípios, se mantendo constante na maioria dos meses.

Segundo o banco de dado do DRAP, a maioria dos agricultores familiares consideram que a sua produção é agroecológica, sendo contabilizado 78,81%, enquanto 21,19% responderam que não faziam uso da prática. Indicando que a percepção do agricultor familiar perante o meio ambiente está avançando, buscando livrar os seus produtos de insumos químicos, produzindo alimentos mais limpos, como explica Caporal e Costabeber (2002) com o desenvolvimento da agroecologia.

Durante a pesquisa foram identificadas algumas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, como é o caso especialmente de infraestrutura de produção, acompanhamento técnico, acesso a financiamento e logística de comercialização. Isso mostra que nessas regiões com base nos dados da (figura 4), possui ainda uma deficiência de assistência técnica, implicando em uma baixa produtividade, podendo implicar até na desistência de alguns núcleos em utilizar técnicas mais elaboradas, como o caso da agroecologia. A deficiência pode se dar através da falta de recursos para arcar com o transporte a fim levar seus produtos para a cidade do núcleo mais próximo que possua feira, por exemplo. A assistência técnica por sua vez tem um papel fundamental para os agricultores familiares, auxiliando a produção e a comercialização, que devido a carência ainda de políticas públicas têm limitações um melhor desenvolvimento e eficácia no processo. Portanto a falta de assistência técnica e de financiamento limita o desenvolvimento dessa atividade.

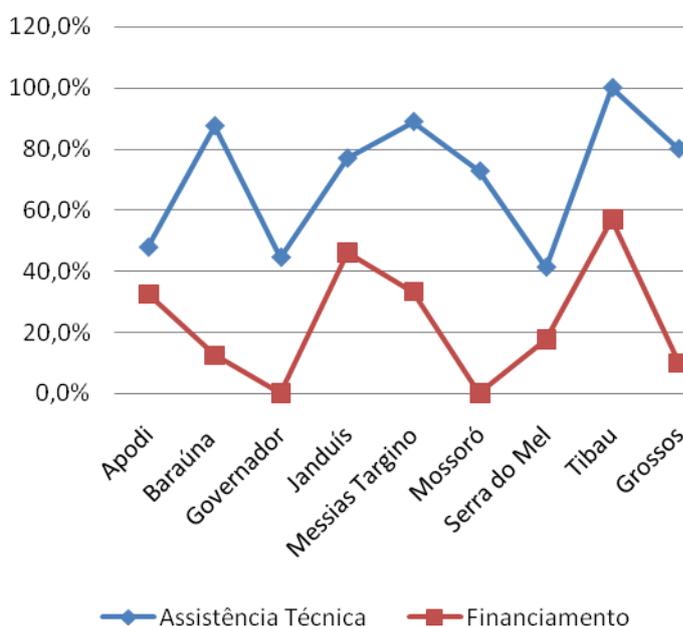


FIGURA 4 – Representa a porcentagem dos beneficiados com financiamento e assistência técnica nos diversos municípios estudados.
Fonte: Banco de dados do grupo de pesquisa DRAP. Adaptado pela autora

Mediante tais dificuldades, o fato de já existir uma estrutura na qual seja responsável pela organização e articulação entre os atores envolvidos, na qual a Rede XiqueXique representa um ambiente atrativo para ações que venham melhorar a estrutura e dinamizar suas potencialidades. A transição da agricultura convencional para agroecológica nesses núcleos já está em andamento, também contribui para continuar buscando melhoras e se alcançar mais adeptos.

5 Considerações finais

Esse trabalho possibilita enxergar que mesmo diante de um quadro de crise social e ambiental há lugar para iniciativas transformadoras. Em um ambiente considerado hostil por alguns, devido a dificuldade de abastecimento de água, e por ter um clima semiárido, a zona rural é o local de onde se origina maior parte dos alimentos resultantes da agricultura, consumidos pela população urbana, do estado do Rio Grande do Norte. Além inclusive de falta de assistência técnica que atenda a maioria dos agricultores familiares, é possível perceber, que essas famílias ultrapassam essas barreiras por meio da necessidade e da luta, utilizando, sobretudo alternativas inversas às práticas convencionais.

Destaca-se a atuação da Rede Xique Xique, como uma figura fomentadora ao desenvolvimento sustentável, que representa além de um modelo de economia solidária, uma experiência de diversificação, apresentando um potencial significativo de criação, expansão e fortalecimento de mercados locais e regionais por meio da produção agrícola, com a ampliação de oportunidades para agricultores familiares.

Essas ações estão sendo direcionadas para uma articulação mais eficientemente na qual alteram as formas de organização, estimulando a migração das unidades familiares (ainda predominantes) para a formação de cada vez mais grupos, associações e, principalmente, para a constituição de cooperativas, pois como visto quanto mais unido o capital social e discutido os problemas em grupos maiores, mais eficiente é o processo de produção e comercialização direta, pois o capital social é de grande influência para um melhor ordenamento do setor.

A Rede Xique Xique e suas feiras representam um ambiente atrativo para ações que venham ajudar a melhor estruturar e dinamizar suas potencialidades. As feiras contribuem para chegar aos consumidores produtos variados e de excelente qualidade, já que em seus princípios preza por uma produção limpa, sem agrotóxicos, que garantem uma alimentação saudável e segura para o consumidor.

Apresenta como resultado então a influência positiva da Rede Xique Xique na região Açú-Mossoró e Sertão do Apodi, abrindo novos espaços para comercialização, incentivando a produção agroecológica e moldando os costumes dos consumidores, apresentando uma produção mais saudável ao mercado, contribuindo para melhoria da saúde humana. Contudo ainda garante uma renda extra para os produtores familiares, garantindo uma melhora na qualidade de vida desses trabalhadores. Portanto a economia solidária e a somatória dessas outras práticas resultam em uma contribuição para a sustentabilidade socioambiental local.

Portanto, mesmo com essa iniciativa da Rede Xique Xique ainda há muito que precisa ser feito. O poder público têm grande importância nesse processo de afirmação da agricultura familiar no país, pode ser efetivo na ampliação de crédito para facilitar a atuação dos agricultores familiares em enfrentar as dificuldades relativa a disponibilidade de água e a falta de equipamentos, além da ampliação de assistência técnica, que possa ser sentida pela maioria desses produtores, pois essa deficiência limita a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, M. B. A. **A Rede XiqueXique, as feiras agroecológicas e Mulunguzinho: construindo práticas sustentáveis na região Assú-Mossoró/RN.** 2012. 74 f. Monografia (Gestão Ambiental) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, 2012.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, Macaé – RJ, v.1, n.4, jan-jun 2008. Disponível em: <http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/12883_o-desafio-do-desenvolvimento-sustentavel-gisele.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013

BAPTISTA, V. F. A relação entre o consumo e a escassez dos recursos naturais: uma abordagem histórica. **Saúde & Ambiente em Revista**, Duque de Caxias, v.5, n.1, p.08-14, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/sare/article/viewFile/921/682>>. Acesso em: 08 jun. 2013

BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 29 jul. 2013.

CEPSRN. **Cartilha de Economia Popular Solidária do Rio Grande do Norte**. Natal, 2007. 28 p. Disponível em: <<http://setorialecosolpt.files.wordpress.com/2012/03/cartilha-ecosol.pdf>>. Acesso: 10 Ago. 2013.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. **Agroecologia: Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M.. (Orgs). Curitiba: Kairós, 2013. P. 139-170

FRANÇA, A. R. M.; SILVA, J. R.; NUNES, K. F. G. et. al. **Economia solidária e desenvolvimento rural**: a agricultura familiar e sua diversificação na Rede Xique-Xique (RN). In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural–SOBER Nordeste, 2010, Crato, CE. Anais... Crato: SOBER, 2010. p.1-15.

FBES. **Campanha pela lei da Economia Solidária: Iniciativa popular para um Brasil justo e sustentável**. 28p. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1480&Itemid=1>. Acesso em: 25 Jul. 2013

GUEDES, Z. M.; MARTINS, J. C. V. **Agroecologia e gênero: perspectiva socioambiental no assentamento Mulunguzinho em Mossoró-RN**. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v.5, n.1, p. 66 - 76 janeiro/março de 2011. Disponível em: <http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/viewFile/603/pdf_111>. Acesso em: 28 Jul. 2013.

GUMIEIRO, G. D. **Comércio solidário e a comercialização da socioeconomia solidária no estado de Minas Gerais**. Instituto de Geografia – UFU/Programa de Pós-graduação em Geografia. *Caminhos de Geografia Uberlândia*, v. 10, n. 31. 2009, p. 21 - 33. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/10919/6436>. Acesso em: 13 jul. 2013.

HESPANHOL, A. N. **Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial**. In: Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, 4, 2008, São Paulo, p. 370-392. *Anais...* UNESP, São Paulo. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nivaldo/textos->

[nivaldo/MODERNIZA%C7AO%20DA%20AGRICULTURA%20E%20DESENVOLVIMENTO%20TERRITORIAL.PDF](#)> Acesso em: 11 jul. 2013

IYAMA, J. T.; SILVA, J. G.. **Impactos da Agricultura Química sobre a Saúde e o Meio Ambiente**. In: Congresso Acadêmico sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, 2004, Rio de Janeiro. Anais do CADMA. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2004. v.1. p.00-11. Disponível em: <http://www.agroecologia.pro.br/arquivos/agroecologia/artigos/impactos_ambientais_agrotoxicos.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em Março de 2013.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. **Agroecologia na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 02, p. 37-56, 2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-4.pdf>>. Acesso em 21 Jun. 2013

NUNES, S. P.. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de Desenvolvimento Rural**. Boletim do DESER, nº 157, Curitiba, março de 2007. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf>> Acesso em: 5 ago. 2013

NUNES, E. M.; GODEIRO, K. F.; GONDIM, M. F. R. *et. al.* **A agroecologia e a economia solidária da Rede XiqueXique**. Mossoró: UERN, 2012. 37 p v. 3000.

PERONDI, M. A. Agricultura como fronteira entre sociedade e natureza: novos atributos a multifuncionalidade. In: Encontro Anual da ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade), 2, 2004, Campinas. **Anais...** CPREPMAUSS, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cprepmauss.com.br/documentos/agriculturacomofronteiraentreesociedadeeanatureza97467.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p.11-28.